

AS REFORMAS EDUCACIONAIS, A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O NOVO ENSINO MÉDIO: UM CONTRAPONTO PAUTADO NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Leandro Aparecido Antunes Steffen, Luciano Rodrigues Duarte (IFMS)

Resumo. *O Brasil, desde sua formação é marcado por reformas educacionais que atendem ao contexto histórico e político de cada época. Estas mudanças tem impedido a consolidação de um modelo estruturado para a formação integral, favorecendo sistemas ligados ao interesse do capital. Neste sentido, pode-se destacar as reformas educacionais promovidas pela Lei 13.415/17 e a BNCC, que juntas, institucionalizam a adoção de um currículo organizado para promover o esvaziamento das bases curriculares, focando na busca em atender a avaliações internacionais e promover uma pedagogia de competências. Como agravante, as reformas afastam o educando dos conteúdos historicamente desenvolvidos pela humanidade e o colocam numa perspectiva de “autonomia”, onde o estado, seguindo uma cartilha neoliberal, se afasta do compromisso com a educação integral do jovem e o coloca como principal responsável pela sua formação e o futuro no mundo do trabalho. Tendo como base a Pedagogia Histórico-Crítica, é possível entender como reformas educacionais, pautadas em um viés de autonomia e preparação para o mercado de trabalho, atendem aos interesses do capital e negligenciam uma formação capaz de dar ao estudante as condições para compreender, interpretar e transformar a realidade. É neste sentido que se propõe estabelecer um contraponto ao real viés das reformas, destacando seus principais pontos de retrocesso e as melhores oportunidades para organização de uma formação contra hegemônica.*

Palavras Chave. *Ensino Médio, Pedagogia Histórico-Crítica, Reformas Educacionais*